COMUNICAÇÃO ORAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, TRABALHO DOCENTE E A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES E PROFESSORAS

FORMAÇÃO INICIAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL E NO CHILE: NORMATIVAS E PRÁTICAS

Isabel Porto Filgueiras (belfilgueiras45@gmail.com)

Marcos Garcia Neira (mgneira@usp.br)

Felipe Poblete-Valderrama (felipepobletev@gmail.com)

Luis Linzmeyer (llinzmayer@ubiobio.cl)

O presente estudo analisa o marco legal da formação inicial em Educação Física no Brasil e no Chile, considerando as normativas que orientam a organização curricular, os processos de acreditação e as práticas formativas desenvolvidas em ambos os países. A pesquisa emerge no âmbito do projeto internacional PRO-PHY-EDU, financiado pelo programa Erasmus+, que reúne universidades da América Latina e da Europa em torno da promoção da qualidade da Educação Física escolar. O objetivo do trabalho é identificar aproximações e especificidades entre os modelos de formação inicial em Educação Física, enfatizando os impactos das políticas educacionais sobre a constituição dos currículos e das experiências práticas de formação docente, nas universidades chilenas e brasileiras envolvidas no projeto Erasmus. Trata-

se de uma pesquisa qualitativa, de caráter documental e comparativo, fundamentada na análise de normativas oficiais e documentos institucionais relacionados à formação inicial em Educação Física nos dois países. No caso brasileiro, foram analisadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, instituídas pela Resolução CNE/CES nº 6/2018, e as matrizes curriculares dos cursos de Educação Física da Universidade de São Paulo e da Universidade São Judas Tadeu. No contexto chileno, foram analisadas a Lei 21.091 sobre Educação Superior e a Lei 20.903, referente ao Sistema de Desenvolvimento Profissional Docente, as quais enfatizam processos de acreditação obrigatória, além das matrizes curriculares da Universidad del Bío-Bío e da Universidad Católica de la Santísima Concepción. Os resultados evidenciam convergências entre os marcos legais da graduação em Educação Física dos dois países, especialmente no reconhecimento da formação docente como elemento estratégico para a qualidade da educação básica, na valorização das práticas pedagógicas supervisionadas e na ampliação de perspectivas inclusivas e socioculturais na Educação Física. Entretanto, também foram identificadas diferenças significativas. No Brasil, observa-se a divisão entre licenciatura e bacharelado prevista nas DCN e a maior flexibilidade para a composição das matrizes curriculares dos cursos. No Chile, destacam-se os mecanismos de acreditação obrigatória e a forte indução estatal sobre a qualidade da formação docente. Em ambos os contextos, permanecem desafios relacionados à integração entre conhecimentos biológicos, pedagógicos e socioculturais, bem como à necessidade de formação crítica capaz de responder às demandas contemporâneas da escola e da diversidade cultural latino-americana.

Palavras-chave: formação inicial docente; educação física; políticas educacionais; currículo; brasil; chile.